

**ACTA**

Aos vinte e dois dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dez, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva – e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira e André Guimarães Coelho Lima. -----

Não compareceu o Vereador António José Salgado Almeida, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Directora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

**----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----****----- INTERVENÇÕES -----**

**1 – Vereador José Manuel Antunes – a)** – Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: “1 - Terminou no dia 30 de Novembro o prazo dado pelo Sr. Presidente, aos responsáveis/promotores da Urbanização de Silvares/Mouril, onde se estão a construir grandes unidades comerciais, para que corrijam a implantação da rotunda de acesso a esses espaços comerciais em Mouril/Silvares. É lamentável que tudo isto tenha acontecido, sem ter havido o mínimo sinal da Câmara sobre os erros eventuais cometidos na implantação da citada rotunda. Uma intervenção daquele tinha de ser obrigatoriamente do conhecimento e autorização de vários serviços (Municipais e Estradas de Portugal). Qual é Sr. Presidente o ponto de situação

do ultimato feito por v. Exa? Todos os investimentos em Silhares foram autorizados com uma condição de “Os promotores pagarem a aquisição dos terrenos e executarem as infraestruturas, nomeadamente rodoviárias”, Por que razão ainda não executadas as vias em falta? Já houve acordo entre os promotores e o Município sobre como fazer e o que fazer, ou haverá outras razões que desconhecemos para estes atrasos? 2 – Há menos de 3/4 meses e depois de quase seis meses de privações e condicionalismos para os vimaranenses, nomeadamente os moradores e frequentadores das Ruas da Liberdade e de Camões foram concluídas as intervenções de pavimentação das citadas ruas e passeios. A opinião geral foi positiva e o município fez uma boa intervenção. Eis senão quando, passados estes 3 ou 4 meses, aquilo a que assistimos é merecedor de reparos e críticas. A opção escolhida e sancionada pelo Executivo Socialista (calçada à portuguesa) foi muito arriscada e exigiria da parte dos responsáveis municipais toda a atenção e acompanhamento durante a fase de execução da obra. Não foi isso que aconteceu e este descuido foi fatal. A obra está mal feita e vai exigir uma intervenção para a sua correcção. Também aqui como em Silhares, os responsáveis municipais estiveram distraídos. Mais uma vez os munícipes, os moradores e os utilizadores das Ruas de Liberdade e de Camões vão ter de suportar os incómodos de nova intervenção de longa duração com os todos os inconvenientes que uma intervenção deste tipo acarreta e que todos já sentiram na pele os seus efeitos. Será que estaremos condenados a que as obras e intervenções em Guimarães não consigam concretizar-se correctamente logo à primeira”; 2 – **Vereadora Luísa Oliveira – a)** – Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta:



“Queríamos, em primeiro lugar, e porque não nos foi possível associarmo-nos à cerimónia, congratularmo-nos pela Certificação dos Bordados de Guimarães. Esta é, indubitavelmente, uma iniciativa importante para consolidar o nosso património cultural, e premeia todos os que, ao longo de muitos anos, contribuíram para manter esta tradição, que é também uma forma de garantir um nicho de emprego no sector do artesanato. Esperamos que outras iniciativas deste género venham a ter lugar, pois são fundamentais para reforçar a nossa identidade, como bem referiu o Sr. Secretário de Estado. Naturalmente que também estamos inteiramente solidários com a criação de um Centro de Formação Profissional, em Guimarães, suporte fundamental para assegurarmos a continuidade de muitas actividades e a qualidade das mesmas. E, por falar em qualidade gostaria de colocar aqui algumas falhas do actual Mercado Municipal. O primeiro aspecto prende-se com as condições de trabalho de todos os que lá instalaram os seus negócios que são, sobretudo nesta altura do ano, francamente más. O frio desmotiva os vendedores, mas também quem lá se dirige. Eu sei que o Sr. Presidente me vai responder que no antigo mercado as condições eram piores, só que esse argumento não justifica que, em novas instalações, onde nem podem procurar um lugar ao sol para se aquecerem, como faziam antes, os comerciantes tenham que suportar tanto frio, para não falar da falta de clientes. Certamente que há soluções para diminuir ao espaço, especialmente durante a semana, evitando que o frio entre pela galeria destinada aos vendedores que não têm bancada e, que continuam a usar o chão para expor os seus produtos. Embora seja tradição há nesta forma de expor uma incoerência muito grande, pois para uns existem normas para outros parece que não. Se, ao prever este espaço tivessem

previsto bancadas amovíveis, uniformizadas, não só se garantia mais higiene como um melhor aspecto visual e quem compra daria um outro valor, a muitos dos produtos. E também quem limpa esses espaços, no final dos dias de feira, teria a vida bem mais facilitada. Se em termos de acessos concordamos que as soluções encontradas já melhoraram um pouco, embora não se conheçam ainda os impactos na afluência ao mercado, há aspectos que terão que ser ainda revistos em termos de acessibilidades ao edifício. Uma das entradas pedonais é tão estreita que duas pessoas carregadas ao cruzarem-se têm que parar para dar lugar à outra. O sistema de iluminação colocado no piso, dessa mesma entrada, contribui ainda mais para que pessoas com mobilidade reduzida tropecem. O elevador está tão escondido que acaba por só servir os comerciantes e, continuamos a lamentar que os acessos ainda se façam por escadas, quando sabemos que os habituais frequentadores do mercado são pessoas com uma certa idade e que, quando o fazem é suposto saírem do mercado carregadas o que lhes acarreta mais dificuldades. E, por falar em tropeçar, julgamos que a limpeza de passeios, nesta altura do ano, deverá ser reforçada em muitos locais da nossa cidade, principalmente naqueles onde existem árvores e naturalmente a queda de folhas. Durante a semana em que decorreu o Guimarães Jazz fui obrigada, por motivos profissionais a fazer a pé o trajecto da Avenida D. Afonso Henriques todos os dias, alguns deles com muita chuva, e, confirmei algumas das queixas que já tinha ouvido sobre o estado do piso, já de si escorregadio e que, com estas condições, típicas da estação coloca ainda mais em causa a segurança dos peões. Eu vi, de manhã, bem cedo, uma máquina da Câmara a limpar a estrada, mas esse cuidado é igualmente importante para com os passeios numa cidade que se quer com



mobilidade para todos. Defendemos, sem lugar a qualquer dúvida, que as árvores são importantes em meio urbano e, até são um dos aspectos, entre muitos, que quem nos visita regista com apreço, e que nós também porque beneficiamos da sua importância para minimizar os efeitos da poluição, mas como todos sabemos há sempre o outro lado da moeda, a que devemos também atender e, a limpeza dos passeios nesta época é um deles. Por falar em limpeza de ruas, Guimarães é sem dúvida uma cidade reconhecida pela limpeza, só que a falta de civismo de muitos e a falta de meios adequados estão a contribuir para o mau aspecto de alguns locais. A proibição de fumar em locais fechados obriga os fumadores a fazerem-no no exterior de muitos estabelecimentos, que, por sua vez, não asseguram a colocação de cinzeiros para esse efeito. Há dias alguém me sugeria que se recuperassem alguns dos postes que são retirados para reaproveitar para cinzeiros, não sei se essa solução será viável, pelo menos ninguém os roubaria, mas alguma solução terá que ser encontrada, muito provavelmente não será difícil numa terra onde não faltam empresas que os possam produzir e criativos que os possam idealizar. Também prometi que traria hoje a esta sessão algumas queixas sobre a má informação e sinalização do Parque de Estacionamento do Estádio. Os placards electrónicos poderiam eventualmente dar essa informação, entre outras soluções, como, por exemplo, esse anúncio passar nesta quadra na animação musical que é feita nas ruas, estar sinalizado nas entradas da cidade mas principalmente nas proximidades do mesmo. O preço é sem dúvida atractivo, há imensos lugares, embora a saída do interior seja complicada e obrigue agastar mais combustível do que seria desejável. Ficam estas "notas", sem relevância na política partidária, mas do interesse dos cidadãos

que aqui representamos". **3 - Presidente da Câmara - a)** – Sobre o piso das Ruas de Camões e Liberdade esclareceu que as características das vias em calçada à portuguesa não permitem uma regularização do pavimento, realçando que em concertação com o empreiteiro será definida uma estratégia para que o pavimento seja regularizado; **b)** – Sobre a Rotunda de Mouril esclareceu que a data de 30 de Novembro respeitava à elaboração do projecto que contendo os aspectos de pormenor a rectificar/corrigir e não à execução da obra propriamente dita. Acrescentou que se a obra não viesse a ser executada em conformidade com o projecto, então o Município teria sempre a possibilidade de accionar a caução prestada para concretizar o projecto. Finalmente, informou que os serviços competentes estavam a acompanhar a evolução do processo; **c)** – Sobre o Centro de Formação Profissional disse que existe um Protocolo assinado mas que não será fácil levá-lo à prática, realçando que, na passada terça-feira, entregou em mão uma cópia do referido protocolo ao Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional, Valter Lemos, uma vez que o Governo já tinha assumido o compromisso de investir dois milhões de euros em complementaridades; **d)** – Quanto ao Mercado Municipal disse que é necessário verificar se é possível limitar esse espaço porque não há mercados com aquecimento central. Refutou a crítica de falta de acessibilidades naquele espaço, realçando que o edifício está dotado de um elevador e escadas devidamente adaptadas para as pessoas de idade. -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

Foi aceite, por unanimidade, votar, antes da ordem do dia, as seguintes propostas: -----

**ASSUNÇÃO DE ENCARGOS DE TRANSPORTE DE RESÍDUOS**



**INDUSTRIAIS** – Presente a seguinte proposta: “No passado dia 29 de Agosto de 2010 a empresa Crobel – Indústria de Etiquetas, Lda. e a empresa Rodrigues Paulo Unipessoal, Lda. sofreram um incêndio que destruiu completamente as suas instalações fabris. Após deslocação ao local pelo Serviço Municipal de Protecção Civil verificou-se a existência de uma enorme quantidade de destroços, os quais devido à sua acumulação coadjuvada com condições de humidade e/ou calor poderiam provocar situações de insalubridade pública, inclusive pela infestação de pragas, pelo que se tomou de imediato um conjunto de diligências de forma a solucionar tal incidente. Neste sentido, foi necessário recorrer aos Serviços da ECOAVE para que todos os resíduos e destroços decorrentes do sinistro fossem devidamente recolhidos e transportados para os locais devidos para o efeito. Deste modo, propõe-se que a Câmara Municipal assuma os encargos com a operação, efectuando à ECOAVE um ajuste directo, no montante de €2.181,46 (dois mil cento e oitenta e um euros e quarenta e seis cêntimos) para pagamento do serviço prestado”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**VOTO DE LOUVOR – ISABEL FERNANDES** – Presente a seguinte proposta: Poucos dias após ter abandonado a Direcção do Museu de Alberto Sampaio, a Dr.<sup>a</sup> Isabel Fernandes justifica que o Município de Guimarães expresse publicamente o seu reconhecimento pela forma como conduziu, desde Junho de 1999, os destinos daquela relevante Instituição cultural. De facto, a abertura à sociedade, a colaboração que sempre procurou ou nunca negou, a modernização das instalações e das exposições, a aposta numa programação temporária actual e diversificada, a adesão de amigos e mecenas ou o alargamento de horários de funcionamento, designadamente com a decisão pioneira de abrir o

Museu à Noite, redundaram numa nova forma de o Museu de Alberto Sampaio se relacionar com a Cidade e o Concelho e conseguiram conquistar e fidelizar novos públicos, a par do reconhecimento público, a nível local e nacional, da excelência do trabalho realizado. Com a qualidade do seu desempenho enquanto Directora do Museu Alberto Sampaio, a Dr.ª Isabel Fernandes contribuiu para o engrandecimento desta instituição e para o reconhecimento de Guimarães como cidade de cultura contemporânea, dinâmica e atractiva. Enquanto responsáveis municipais, mantivemos nos últimos anos com a Dr.ª Isabel Fernandes e o Museu Alberto Sampaio uma relação muito próxima, feita de trocas de ideias e de inúmeras colaborações recíprocas de que o Concelho e os Vimaraneses foram e serão os principais beneficiários. Sem querermos especificar qualquer uma das inúmeras iniciativas que juntaram o Município e o Museu ao longo destes anos de leal e profícua colaboração mútua, gostaríamos ainda assim de vincar o extraordinário contributo que a Dr.ª Isabel Fernandes deu para a materialização da extensão do Museu Alberto Sampaio, um dos projectos integrados na Capital Europeia de Cultura. Ao mesmo tempo que manifestamos o nosso desejo de um futuro pessoal e profissional pleno de alegrias e realização, propomos a aprovação deste Voto de Louvor, em reconhecimento dos relevantes contributos prestados pela Dr.ª Isabel Fernandes a Guimarães, enquanto Directora do Museu de Alberto Sampaio, na certeza de que neste gesto estaremos acompanhados pela generalidade dos cidadãos e instituições Vimaraneses". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

----- **INFORMAÇÕES** -----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** - Agradeceu à empresa L. Ribeiro, sediada em Pevidém, a doação à





Cooperativa Fraterna de um conjunto de bens (brinquedos) para os mais desfavorecidos; **2** – Agradeceu à equipa de voluntários e empresas que colaboraram com a Cooperativa Fraterna na Campanha de Recolha de Alimentos junto da população em geral; **3** – Do ofício da SGS ICS – Serviços Internacionais de Certificação dando conhecimento da decisão de atribuir o Certificado de Conformidade pelas actividades de Gestão Financeira e Patrimonial, Gestão Urbanística, Gestão de Obras Municipais, Gestão de Recursos Humanos e Secretaria Geral, Projectos e Planeamento Urbanístico e Balcão Único; **4** – Do ofício da SUNFLAG agradecendo todo o apoio, colaboração e simpatia com que foram recebidos em Guimarães aquando da filmagem de cenas passadas em Guimarães para a realização de um filme; **5** – Deu informação sobre os números da greve geral do passado dia 24 de Novembro, quer da Câmara Municipal, quer da Empresa Intermunicipal VIMÁGUA; **6** – Do Boletim Estatístico de Emprego/Desemprego do Distrito de Braga referente a Outubro de 2010. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

**1** – Do ofício de Santos Carvalho & Associados, SROC, S.A. remetendo, para conhecimento, informação financeira relativa ao primeiro semestre de 2010 da VIMÁGUA – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, E.I.M., S.A., nos termos dos art.º 34 e 28.º, alínea e) da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas; **2** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 25 de Novembro de 2010, que concordou com a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: **“JARDIM-DE-INFÂNCIA DE ROUPEIRE –**

**FREGUESIA DE AIRÃO S. JOÃO – USUCAPIÃO** – O Município é proprietário do prédio abaixo identificado, outrora afecto ao 1º ciclo do ensino básico e actualmente destinado a Jardim-de-Infância de Roupeire, da freguesia de Airão S. João. Prédio urbano situado na Rua do Roupeiro, da freguesia de Airão S. João, com a área total de 1.030,00m² inscrito na respectiva matriz predial urbana sob o artigo 446, não descrito na Conservatória do Registo Predial, conforme certidão emitida por esta entidade em 19 de Novembro de 2010, com o valor patrimonial tributário de €113.360,00 determinado nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI). Apesar da inexistência de documento legal que comprove a propriedade do referido prédio, desde largo tempo que aquele imóvel tem sido reputado por toda a gente como pertencente ao Município de Guimarães, que, através dos seus órgãos representativos, há mais de 30 anos, tem estado na sua posse, com conhecimento e à vista de todos, sem qualquer oposição e ininterruptamente, agindo por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, quer usufruindo, como tal, o imóvel, quer suportando os respectivos encargos. Deste modo, caso seja aceite superiormente, deverá o Município proceder à aquisição do mencionado prédio por usucapião, devido à impossibilidade de comprovar o seu direito de propriedade pelos meios normais, não dispondo de título formal que lhe permita efectuar os respectivos registos na Conservatória do Registo Predial. À consideração superior”; **3** - Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 25 de Novembro de 2010, que concordou com a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “**ESCOLA EB1 DE PAÇÔ VIEIRA – FREGUESIA DE MESÃO FRIO – USUCAPIÃO** – O Município é proprietário do prédio abaixo identificado, destinado ao



funcionamento da escola EB1 de Paçô Vieira, da freguesia de Mesão Frio: Prédio urbano situado na Rua da Carreira, da freguesia de Mesão Frio, com a área total de 1.800,00m<sup>2</sup> inscrito na respectiva matriz predial urbana sob o artigo 2025, não descrito na Conservatória do Registo Predial, conforme certidão emitida por esta entidade em 19 de Novembro de 2010, com o valor patrimonial tributário de €138.010,00 determinado nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI). Apesar da inexistência de documento legal que comprove a propriedade do referido prédio, desde largo tempo que aquele imóvel tem sido reputado por toda a gente como pertencente ao Município de Guimarães, que, através dos seus órgãos representativos, há mais de 30 anos, tem estado na sua posse, com conhecimento e à vista de todos, sem qualquer oposição e ininterruptamente, agindo por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, quer usufruindo, como tal, o imóvel, quer suportando os respectivos encargos. Deste modo, caso seja aceite superiormente, deverá o Município proceder à aquisição do mencionado prédio por usucapião, devido à impossibilidade de comprovar o seu direito de propriedade pelos meios normais, não dispondo de título formal que lhe permita efectuar os respectivos registos na Conservatória do Registo Predial. À consideração superior".

**4 - Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 25 de Novembro de 2010, que concordou com a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: ESCOLA EB1 GUIMARÃES Nº 21 - FREGUESIA DE POLVOREIRA – USUCAPIÃO** – O Município é proprietário do prédio abaixo identificado, destinado ao funcionamento da escola EB1 Guimarães nº 21 (Valinha), da freguesia de Polvoreira: Prédio urbano situado na Rua Narciso Pereira Mendes, da freguesia de Polvoreira, com a

área total de 1.500,00m<sup>2</sup> inscrito na respectiva matriz predial urbana sob o artigo 1360, não descrito na Conservatória do Registo Predial, conforme certidão emitida por esta entidade em 19 de Novembro de 2010, com o valor patrimonial tributário de €428.270,00 determinado nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI). Apesar da inexistência de documento legal que comprove a propriedade do referido prédio, há largas décadas que aquele imóvel tem sido reputado por toda a gente como pertencente ao Município de Guimarães, que, através dos seus órgãos representativos, há mais de 30 anos, tem estado na sua posse, com conhecimento e à vista de todos, sem qualquer oposição e ininterruptamente, agindo por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, quer usufruindo, como tal, o imóvel, quer suportando os respectivos encargos. Deste modo, caso seja aceite superiormente, deverá o Município proceder à aquisição do mencionado prédio por usucapião, devido à impossibilidade de comprovar o seu direito de propriedade pelos meios normais, não dispondo de título formal que lhe permita efectuar os respectivos registos na Conservatória do Registo Predial. À consideração superior”; **5** - Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 24 de Novembro de 2010, que concordou com a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: **“PLATAFORMA DAS ARTES – AQUISIÇÃO DE EDIFÍCIO PARA MELHORAMENTO DE ACESSOS – PROCº 40/62/95** – Decorrente dos estudos elaborados para a implementação da denominada Plataforma das Artes, foi superiormente definido que o prédio situado na Av. Conde de Margaride, nº 197, freguesia de S. Paio, teria de ser demolido para permitir uma melhor acessibilidade à zona onde se irá desenvolver o estudo da Plataforma das Artes. Após contacto com



um dos proprietários do imóvel, verificou-se que este prédio estava sujeito ao regime de propriedade horizontal. Assim, foi possível determinar que a Sr.ª. D. Laura Isabel dos Remédios Couto Gonçalves era a proprietária da fracção A, tendo a autarquia apresentado uma proposta inicial de aquisição no valor de €91.209,43, conforme relatório do perito da lista oficial, sendo que a proprietária contrapôs um valor de €110.000,00. Após análise da contraproposta pelo perito da lista oficial, foi por este indicado que o valor aceitável atingiria o montante de €109.680,48, tendo sido notificada, posteriormente, a proprietária quanto ao valor da nova contraproposta. A Sr.ª. D. Laura Gonçalves informou que aceitava o valor da contraproposta camarária. Assim, deverá ser proferido despacho de aceitação para posterior conhecimento em reunião camarária, da aquisição da fracção A, nos termos do artigo 11º, do Código das Expropriações, descrita na 2ª Conservatória Registo Predial Guimarães sob o nº 90-A/S. Paio, e inscrita na respectiva matriz sob o artigo 893-A, à Sr.ª. D. Laura Isabel dos Remédios Couto Gonçalves, pelo preço de €109.680,48, para permitir melhores acessibilidades à Plataforma das Artes. À consideração superior”; **6** - Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 24 de Novembro de 2010, que concordou com a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: **“PLATAFORMA DAS ARTES – AQUISIÇÃO DE EDIFÍCIO PARA MELHORAMENTO DE ACESSOS – PROCº 40/62/95** – Decorrente dos estudos elaborados para a implementação da denominada Plataforma das Artes, foi superiormente definido que o prédio situado na Av. Conde de Margaride, nº 197, freguesia de S. Paio, teria de ser demolido para permitir uma melhor acessibilidade à zona onde se irá desenvolver o estudo da Plataforma das Artes. Após contacto com um dos proprietários do

imóvel, verificou-se que este prédio estava sujeito ao regime de propriedade horizontal. Assim, foi possível determinar que o Sr. Adriano Silva Sousa era o proprietário da fracção B, tendo ao mesmo sido feita uma proposta inicial de €103.505,57, conforme relatório do perito da lista oficial, sendo que o proprietário contrapôs um valor de €141.253,00. Após análise da contraproposta pelo perito da lista oficial, foi por este indicado que o valor aceitável atingiria o montante de €124.679,20, tendo sido notificado, posteriormente, o proprietário quanto ao valor da nova contraproposta. O Sr. Adriano respondeu à nossa missiva dizendo que aceitava o valor da proposta camarária arredondado para os €125.000,00. Perante este pedido e conforme despacho do Sr. Vereador Dr. Domingos Bragança, datado de 17 de Novembro de 2010, foi decidido pagar a quantia peticionada, atendendo a que as despesas de um eventual processo judicial ultrapassariam seguramente a diferença aqui em causa, no valor de €320,80. Assim, deverá ser dado conhecimento, em reunião camarária, da aquisição da fracção B, nos termos do artigo 11º. do Código das Expropriações, descrita na Conservatória Registo Predial Guimarães sob o nº 90-B/S. Paio, e inscrita na respectiva matriz sob o artigo 893-B, ao Sr. Adriano da Silva Sousa, pelo preço de €125.000,00, para permitir melhores acessibilidades à Plataforma das Artes. À consideração superior". -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

**CÂMARA – ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 2010. DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA,** tendo sido dispensada a leitura da acta por ter sido entregue a todos os membros do órgão executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. Absteve-se a Vereadora Alexandra Gesta, por não ter participado na reunião. -

**CÂMARA – ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE  
CÂMARA REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2010.**

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE,** tendo sido dispensada a leitura da acta por ter sido entregue a todos os membros do órgão executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. -----

**OBRAS PÚBLICAS – REQUALIFICAÇÃO DA EB 2,3 JOÃO DE  
MEIRA – CONTA FINAL**

– Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “1 - Por deliberação da Câmara Municipal de Guimarães, datada de 10 de Setembro de 2009, foi a empreitada em título adjudicada à empresa Casais – Engenharia e Construção, S.A., pelo valor de €4.541.370,667 + IVA. 2 - O valor final dos trabalhos é de €4.439.935,23 + IVA, correspondendo €4.418.915,05 + IVA a trabalhos da proposta inicial e €21.020,18 + IVA a trabalhos de suprimentos de erros e omissões aprovados da seguinte forma: Deliberação da Câmara: 29 de Julho de 2010; Contrato: 11 de Novembro de 2010; Valor: €21.020,18 + IVA; Percentagem: 0,46 %. 3 - Verificou-se a existência de €122.455,62 + IVA de trabalhos a menos, que representam 2,70% do valor total da empreitada, e correspondem a trabalhos não executados, nomeadamente ao não esgotamento da quantidade de estacas previstas e à não execução de infra-estruturas, do projecto de segurança, no ginásio. 4 - Assim, fica à consideração superior a aprovação desta conta final no valor de €4.439.935,23 + IVA e do Auto final no valor de €54.431,55 + IVA. 5 - Todos os preços dos vários trabalhos que compõem a presente empreitada estão contratualizados. 6 - Se for caso disso, poderão estes montantes ser objecto de revisão, nos termos do art.º 1º do DL nº 6/2004, de 6 de Janeiro, logo que se encontrem publicados no Diário da

República os respectivos índices definitivos de revisão de preços. 7 - Neste momento não se pode efectuar a Revisão de Preços definitiva, pois ainda não foram publicados os índices definitivos. O valor da Revisão de Preços com índices provisórios é de €117.864,49 + IVA, para os trabalhos contratuais da proposta inicial, e de €695,71 + IVA, para os trabalhos de suprimentos de erros e omissões. 8 - Para cumprimento do disposto no art.º 399º do Decreto-Lei 18/08 de 29 de Janeiro foi elaborado a Conta Final dentro do prazo nele estabelecido. 8 - De acordo com o nº1 do artº401º do mesmo diploma, foi enviada a Conta Final ao adjudicatário, tendo este um prazo de 15 dias para a assinar ou deduzir sua reclamação fundamentada". **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima, que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "No dia 14.09.2010 deu entrada um requerimento dos vereadores do PSD, suscitando esclarecimentos sobre esta matéria, ainda não respondido até esta data. Por outro lado, no dia 05.10.2010, a Escola EB 2/3 João de Meira foi inaugurada, estando em falta, de acordo com declarações vindas a público, uma biblioteca e um pavilhão desportivo. Segundo disse o Presidente de Câmara em declarações à imprensa, a Câmara apenas se limitou a executar a obra, e ainda que "*presumo que as dez salas não constavam no projecto*". Ainda antes da inauguração, em reportagem do Canal Guimarães divulgada em 27.09.2010, percebeu-se que o projecto para Escola EB 2/3 João de Meira previa um acréscimo de 10 salas face ao espaço anterior da escola, o que acabou por não ser concretizado, salas essas que seriam destinadas a albergar o jornal da escola, espaços para as disciplinas práticas de ciências e educação visual, e espaços para os clubes de xadrez, de línguas e de robótica.





Aliás, a própria Directora da Escola prestou declarações referindo que *“fizemos várias reuniões com a Câmara nas quais demos a conhecer o número de sala que seriam necessárias ... tivemos várias reuniões com projectistas das empresas que concorreram aos quais foram referidas as nossas necessidades ... quando iniciaram as obras nós não tínhamos ainda tido acesso ao projecto em pormenor, quando tivemos acesso ao projecto apercebemo-nos da falta de dez salas ... não conseguimos perceber bem porquê, entendemos que de alguma forma houve lapso de quem projectou.”*. Segundo foi público, a forma que a Escola encontrou de contornar este erro foi adaptar algumas salas normais com os materiais necessários às características das Ciências e Educação Visual, tendo, consequentemente, a Escola ficado com menos salas para as restantes disciplinas, sendo inclusivamente necessário transformar a Biblioteca em 3 salas para aulas. A Directora da Escola, comentando esta situação, disse mesmo *“A questão das salas ficou resolvida, não de forma que nos tivesse posto à vontade, mas é o funcionamento possível”*. Em face disto, questionamo-nos: Como é possível gastar-se €4,5 milhões para não aumentar a capacidade lectiva da escola? Para se ter apenas «o funcionamento possível»? Como é possível gastar-se €4,5 milhões, num Estado devedor e desacreditado, para reduzir as turmas de 44 para 41? Como é possível a Escola só ter acesso ao projecto já com as obras em curso? Como é possível ter sido definido «nas várias reuniões com a Câmara» que eram necessárias mais 10 salas e, nunca tendo sido negada essa pretensão, a obra apresentar menos 10 salas? Como é possível gastar-se € 4,5 milhões para a Escola, após as obras, perder a Biblioteca, perder o jornal da escola, perder os clubes de xadrez, línguas e robóticas? Entendem os vereadores do PSD que o que

está em causa é o efeito custo-benefício do investimento, atendendo a que um montante desta natureza não pode servir apenas para o efeito de embelezamento daquele espaço, deverá servir igualmente para a criação, e aliás o acrescento, de funcionalidades. Porque a sindicância do dispêndio dos dinheiros públicos tem que ser feita, sob pena de se continuar a exigir mais e mais impostos aos cidadãos, para o Estado não gerir convenientemente, do ponto de vista das valências a criar”. -----

**PATRIMÓNIO – VEDAÇÃO PARCIAL DO TERRENO CONTIDO NA PARCELA Nº 7 DA VARIANTE DE LIGAÇÃO ENTRE A 4ª FASE DA VARIANTE DAS TAIPAS E O ACESSO AO CENTRO TECNOLÓGICO DE BARCO – FREGUESIA DE CALDELAS –**

Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “Na sequência do pedido efectuado pelo Sr. Manuel António Ribeiro da Silva, relativamente à indemnização da vedação do terreno do lado Poente da sua parcela, atendendo a que não pode aguardar continuamente que o Município a execute a suas expensas, o DOM quantificou os custos estimados de tal obra, correspondendo ao montante de €2.560,00. De acordo com aquele interessado, o seu gado invade frequentemente a nova via, por falta da referida vedação, pelo que, tendo-lhe sido comunicado que a autarquia estaria disposta a pagar a quantia de €2.560,00, este anuiu verbalmente em receber aquele montante. Face ao exposto e, porque o Sr. Manuel Silva está na disposição de vedar, da melhor forma possível, o seu terreno, naquela zona, deverá submeter-se a deliberação camarária a aprovação do pagamento ao Sr. Manuel Silva, do valor da indemnização no montante de €2.560,00, ficando assim a autarquia sem a obrigação legal de vedar o terreno nesse troço da via. À consideração superior”.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PESSOAL – ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS POR TEMPO INDETERMINADO, PARA POSTOS DE TRABALHO VAGOS POR MOTIVO DE APOSENTAÇÃO DE TRABALHADORES**

Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: “Na sequência das informações prestadas pelo Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico e pela Chefe da Divisão de Acção Social, relativas à abertura de procedimentos concursais para provimento de: Um posto de trabalho para técnico superior (Arquitecto) e um posto de trabalho para técnico superior da área de Ciências Sociais e Humanas, para ocupação dos postos de trabalho vagos por motivo de aposentação de trabalhadores. Os postos de trabalho solicitados estão previstos no mapa de pessoal, dispondo da devida previsão orçamental. Assim, atendendo ao disposto no art. 4º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de Setembro em conjugação com o nº 2 do art. 6º da Lei nº 12-A/2008, de 11 de Setembro, a decisão de promoção de recrutamento para ocupação de postos trabalho, previstos no mapa de pessoal, carece de aprovação do órgão executivo do Município”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO – RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009 – ATRIBUIÇÃO DE VERBAS PARA ALIMENTAÇÃO E GESTÃO EM REFEITÓRIOS ESCOLARES – ANO CIVIL 2010**

Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: “Como é do conhecimento superior, foi deliberado, em reunião de Câmara de 17 de Dezembro de 2009, aprovar, para o ano civil de 2010, a atribuição de verbas a várias entidades que têm sob a sua responsabilidade a alimentação e gestão em refeitórios escolares. Tendo em conta a alteração do número de alunos abrangidos pela Acção Social

Escolar, que beneficiam de almoço no refeitório da EB1/JI Casais/Brito no corrente ano lectivo, torna-se necessário proceder, à semelhança do verificado noutros estabelecimentos de educação e ensino, cujos refeitórios estão sob a administração e gestão directa de entidades, à alteração do valor da verba atribuída para efeitos de comparticipação na alimentação. Assim, propõe-se que se proceda à rectificação da deliberação de Câmara, conforme discriminado no mapa em anexo”. O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**FARMÁCIAS – HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE FARMÁCIAS PARA O ANO DE 2011** – Presente um ofício da Administração Regional de Saúde do Norte – Sub-Região de Saúde de Braga enviando, para aprovação, os mapas do regime de turnos das Farmácias de serviço proposto pela Associação Nacional de Farmácias, para vigorar no ano de 2011, no concelho de Guimarães. Os referidos mapas dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE RONFE, CENTRO SOCIAL DE BRITO E CENTRO SÓCIO-CULTURAL E DESPORTIVO DE SANDE S. CLEMENTE** – Presente a seguinte proposta: “Foram apresentados à Câmara Municipal três pedidos de apoio para o pagamento das taxas de licenciamento de obras em instalações das seguintes instituições particulares de solidariedade social: Centro Social Paroquial de Ronfe, Centro Social de Brito, e Centro Sócio Cultural e Desportivo de Sande S. Clemente. Estas obras incluem investimentos nas valências de Lar de Idosos, Centro de Dia, Apoio Domiciliário e Jardim-de-Infância. Os custos das taxas de licenciamento a pagar são: -----



Centro Social e Paroquial de Ronfe	€206.743,23
Centro Social de Brito	€157.200,20
Centro Sócio Cultural e Desportivo de Sande S. Clemente	€11.489,58

Considerando a importância dos serviços que são prestados por estes Centros, proponho a atribuição de subsídios correspondentes a 50% do valor da taxa a pagar, ou seja ao Centro Social e Paroquial de Ronfe €103.371,62 (cento e três mil trezentos e setenta e um euros e sessenta e dois cêntimos), ao Centro Social de Brito €78 600,20 (setenta e oito mil e seiscentos euros e vinte cêntimos) e ao Centro Sócio Cultural e Desportivo de Sande S. Clemente €5.744,79 (cinco mil setecentos e quarenta e quatro euros e setenta e nove cêntimos), os quais porém só serão liquidados após os promotores fazerem prova do pagamento integral das respectivas taxas de licença, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº1 do artigo 5º do Regulamento de Apoio a Instituições de Solidariedade Social". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – ASSOCIAÇÃO DE REFORMADOS E PENSIONISTAS DE GUIMARÃES – FESTA DE NATAL –**

Presente a seguinte proposta: "A Associação de Reformados e Pensionistas de Guimarães vai realizar no próximo dia 19 de Dezembro a sua Festa de Natal. Considerando o interesse da confraternização em que participam muitos cidadãos com manifesta carência de convívio social, sendo uma resposta a situações de solidão que é necessário diminuir, e atendendo a que estão ainda a decorrer os procedimentos inerentes às exigências previstas no Regulamento de atribuição às Instituições de Solidariedade Social, que este apoio tem sido concedido em anos

anteriores, proponho que seja atribuído o subsídio de €1.000,00 (mil euros), ao abrigo do disposto no nº 2 do artigo 3º daquele regulamento". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – IRMANDADE DE S. CRISPIM E S. CRISPINIANO** – Presente a seguinte proposta: "A Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano vai oferecer na noite de consoada de Natal, a 24 de Dezembro, a Ceia de Natal, antiquíssima tradição na cidade, em que todo aquele que compareça no Albergue de S. Crispim partilha da refeição natalícia. Como a referida Irmandade tem limitados recursos, vivendo de dádivas sociais, solicitou à Câmara apoio financeiro. Considerando a tradição da iniciativa, o conforto que com ela é proporcionado a todos que nela participam numa noite de grande simbolismo, e atendendo a que estão ainda a decorrer os procedimentos inerentes às exigências previstas no Regulamento de atribuição às Instituições de Solidariedade Social, que este apoio tem sido concedido em anos anteriores, proponho que seja atribuído o subsídio de 750,00€ (setecentos e cinquenta euros), ao abrigo do disposto no nº2 do artigo 3º daquele regulamento". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – CONFRARIA DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA COLEGIADA DE NOSSA SENHORA DA OLIVEIRA – PROCISSÃO DO CORPO DE DEUS** – Presente a seguinte proposta: "A Confraria do Santíssimo Sacramento da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira levou a efeito no dia 3 de Junho a tradicional Procissão do Corpo de Deus. Considerando o significado para uma expressão significativa da população de Guimarães do



referido acto religioso e os seus elevados encargos, designadamente pela presença de uma banda de música cujo montante ascende a €1.550,00, e atendendo a que estão ainda a decorrer os procedimentos inerentes às exigências previstas no Regulamento de atribuição de subsídios às entidades culturais, artísticas, recreativas e humanitárias de Guimarães, que este apoio tem sido concedido em anos anteriores, proponho a atribuição de um subsídio de €300,00 (trezentos euros) à Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, ao abrigo do nº 6 do artigo 2º daquele Regulamento”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ACTA EM MINUTA. -----**

**PELAS ONZE HORAS E VINTE MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ACTA. -----**